

Creditação da extensão universitária no currículo dos cursos de graduação: estado do conhecimento

MARILENE GABRIEL DALLA CORTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

SIMONE DA ROSA MESSINA GOMEZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

GABRIELA PAIM ROSSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

RESUMO

O texto apresenta a inter-relação da extensão universitária e o currículo nos cursos de graduação. O objetivo foi construir o estado do conhecimento das produções científicas acerca da temática “creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação”, com aderência na área da educação. A metodologia ancora-se no estado do conhecimento e na análise bibliométrica, no período de 2007 a 2017 no banco de teses e dissertações do IBICIT e da CAPES, artigos científicos e trabalhos publicados em anais de eventos. Os descritores de busca foram: “extensão universitária e currículo” e “curricularização da extensão”. Como resultados foram encontradas treze produções, das quais constata-se que a creditação da extensão no currículo dos cursos de graduação contribui para: a reflexão conceitual; a ampliação do interesse pela extensão; a promoção da formação cidadã; o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e compromisso social das IES; o impacto na formação profissional; o desafio da relação entre teoria e prática; o currículo como agente transformador e o envolvimento dos sujeitos na própria construção curricular formativa. Conclui-se que o tema é recente, relevante e precisa ser amplamente investigado, sendo emergente ao contexto universitário nos processos de [re]construção curricular na graduação, especialmente em função da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Palavras-chave: Extensão Universitária; Currículo; Educação Superior; Graduação.

University extention credit in undergraduate courses: knowledge state

The text presents the interrelation of university extension and curriculum in undergraduate courses. The objective was to build the knowledge state of the scientific productions about the theme "credit of the extension in the curriculum of the undergraduate courses", with adherence in the area of education. The methodology is anchored in the knowledge state and bibliometric analysis, from 2007 to 2017 in IBICIT and CAPES thesis and dissertation bank, scientific articles and papers published in annals of events. The search descriptors were: "university extension and curriculum" and "extension curriculum". As result were found thirteen productions, of which it was verified that the credit of the extension in the curriculum of the undergraduate courses contributes to: the conceptual reflection; extension of the interest by the extension; promotes citizen training; strengthens the process of teaching learning and social commitment of education institutions; impact on vocational training; challenges the relationship between theory and practice; emphasizes the curriculum as a transforming agent; involves the subjects in the formative

curricular construction itself. It is concluded that the subject is recent, relevant and needs to be extensively investigated, being emergent to the university context in the processes of [re] construction curricular in the graduation, especially in function of the goal 12.7 from National Education Plan (2014-2024)”.

Keywords: University Extension; Curriculum; College education; University graduate.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A extensão universitária configura-se como umas das principais finalidades das instituições de educação superior para multiplicar e trocar saberes numa via de mão dupla, da universidade para a comunidade e vice-versa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 orienta que a extensão deve estar integrada à pesquisa e ao ensino de forma indissociável. Nesse sentido, essa conexão visa promover a interação dialógica, a autodeterminação e a emancipação da comunidade acadêmica, rompendo com a visão de uma mera transferência de conhecimentos.

A reflexão de um novo conceito de extensão universitária é instigada desde a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, vigente de 2014 a 2024, e prevê na meta 12.7 no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para graduação, em programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social. O Plano, ainda, propõe o rompimento de paradigmas, tornando a extensão um processo formativo efetivamente indissociável do ensino e da pesquisa.

Diante da importância do papel que a extensão possui dentro e fora do ambiente acadêmico, bem como da emergente política educacional (Plano Nacional de Educação, 2014, meta 12.7), o objetivo deste estudo foi construir o estado do conhecimento acerca da temática extensão universitária na formação acadêmica e creditação curricular, decorrente de estudos de pós-graduação (dissertações e teses), artigos científicos e trabalhos publicados em anais de eventos. Nesse sentido, considera-se fundamental obter a percepção do que vem sendo estudado e publicado para, assim, identificar quais são as contribuições, as limitações e as inovações desse campo de estudo.

Com relação aos aspectos metodológicos do estudo, encontrou-se em Morosini e Fernandes (2014, p. 155) que o estado do conhecimento se refere a “[...]”

identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”, de modo que se reúnem diversas revistas e documentos como artigos, teses, dissertações e livros acerca da temática de interesse do pesquisador.

Para sistematizar a pesquisa do estado do conhecimento, foi realizado um estudo bibliométrico descritivo com a finalidade de aprofundar o alcance e a interpretação acerca das publicações relevantes presentes na literatura nacional sobre o tema “extensão e currículo acadêmico”. Para Pritchard (1969), a bibliometria é aplicada em pesquisas que visam analisar estatisticamente os processos de comunicação escrita. Silva (2004) e Leite Filho (2008) mencionam que ela objetiva a avaliação da atividade científica ou técnica de um determinado campo do conhecimento por meio do estudo de publicações. Assim, tornou-se possível identificar as obras, a fim de organizar a agenda de pesquisa, evitando o estudo de temas já consolidados na literatura, apontar tendências e contribuições de pesquisa, bem como os métodos empregados recorrentemente para determinadas temáticas.

As bases de dados utilizadas foram a biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para dissertações e teses e o Catálogo de teses e dissertações e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para artigos e anais de eventos relevantes para esse mapeamento.

Os descritores empregados na consulta foram: “extensão universitária”, no título, e “currículo”, no corpo dos textos em “busca avançada”. O período de busca foi de 2007 a 2017, a área da Educação e o idioma português. As produções científicas mais relevantes foram analisadas quantitativa e qualitativamente.

Assim sendo, nas seções a seguir, encontram-se elementos teóricos e legais relacionados à história da extensão universitária e às respectivas políticas públicas de extensão, bem como os resultados e as análises da pesquisa do estado do conhecimento e as considerações sobre o panorama investigado.

POLÍTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS

De acordo com Sousa (2010), a extensão teve ascendência no Estado Novo, sob forte representação da União Nacional dos Estudantes, originada pelos Movimentos Estudantis. Após o Manifesto de Córdoba na Argentina (1918), a criação da UNE e o contexto político-social pós Getúlio chamaram discussões em torno do compromisso social da Universidade, assim como a atuação dos estudantes em promover ações que visassem à formação político-social. Programas de alfabetização para adultos, regidos pelo método freiriano, em parceria com a igreja e com os movimentos sociais, configuraram a realização de projetos extensionistas.

Após o Golpe de 1964, a ação da Universidade pautou-se no marco desenvolvimentista, e as ações extensionistas passaram a ser instrumento regulador do Estado. Os movimentos se dissiparam e as ações universitárias se esmiuçaram em projetos, como o Rondon. Programas estrangeiros de educação foram incorporados às Universidades como “formas prontas”, com o caráter formativo tecnicista e de concepções menos desafiadoras às imposições do Estado. Com o término da ditadura, a Universidade passou pela fase da democratização e de fortalecimento da categoria docente, com novos posicionamentos e novas discussões, provocando maior efetividade e institucionalização das IES.

A extensão passa a ter destaque no Ministério de Educação e Cultura e na reformulação dos conceitos pelas Universidades, indo além da compreensão tradicional à disseminação do conhecimento e difusão da cultura, sendo reconhecida como um dos componentes do tripé universitário – pesquisa-ensino-extensão – e aceita como caminho de via de mão dupla as relações entre Universidade e Sociedade. No tocante às políticas de Extensão, estas vêm sendo construídas ao longo dos anos, tendo como marco o início de seus debates no âmbito universitário a partir dos anos 80, quando os Pró-Reitores de Extensão passaram a se reunir num espaço de interlocução com o MEC, nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão (FOR-PROEX). Antes disso, a extensão estava reduzida a uma concepção assistencialista sem conexão com o ensino e a pesquisa.

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira passou a normatizar que as universidades teriam autonomia didático-científica, administrativa, financeira e pa-

trimonial, no entanto deveriam sujeitar-se ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Nessa direção, a LDB nº 9.394/1996 reafirmou o referido princípio e ainda destacou que uma das finalidades da educação superior é: “promover a extensão, aberta à população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Em 1999, foi publicado o Plano Nacional de Extensão (PNExt), o qual trouxe referencial para a uniformização dos conceitos, das práticas e dos procedimentos em Extensão nas Universidades Brasileiras, respeitando as especificidades de cada instituição e promovendo a sua institucionalização. Além de promover maior desenvolvimento às instituições, o PNExt também uniu os principais eixos temáticos das universidades, garantindo que fossem destinados recursos para essas ações extensionistas. Diante disso, foram estabelecidas como ações extensionistas: programa, projeto, cursos, qualificação, eventos, produção, serviços, entre outros.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt), criado para suprir as necessidades de financiamento da Extensão pelo MEC, durou de 2006 a 2016. Nesse período, foram lançados editais para financiamento de programa e de projetos de extensão para as universidades brasileiras, os quais eram de grande relevância para garantir a extensão no tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão). No entanto, com a crise política e econômica que o Brasil enfrenta, o referido programa foi suprimido das prioridades governamentais, fato que demonstra a desvalorização da Extensão.

Em 2012, foi publicada a Política de Extensão Universitária, tendo por base o PNExt (1999), com o objetivo de reafirmar os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX através da consolidação das concepções e práticas da extensão, trazendo seus princípios e diretrizes. As diretrizes determinadas na referida política são: interdisciplinaridade e interprofissionalidade, relação dialógica, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

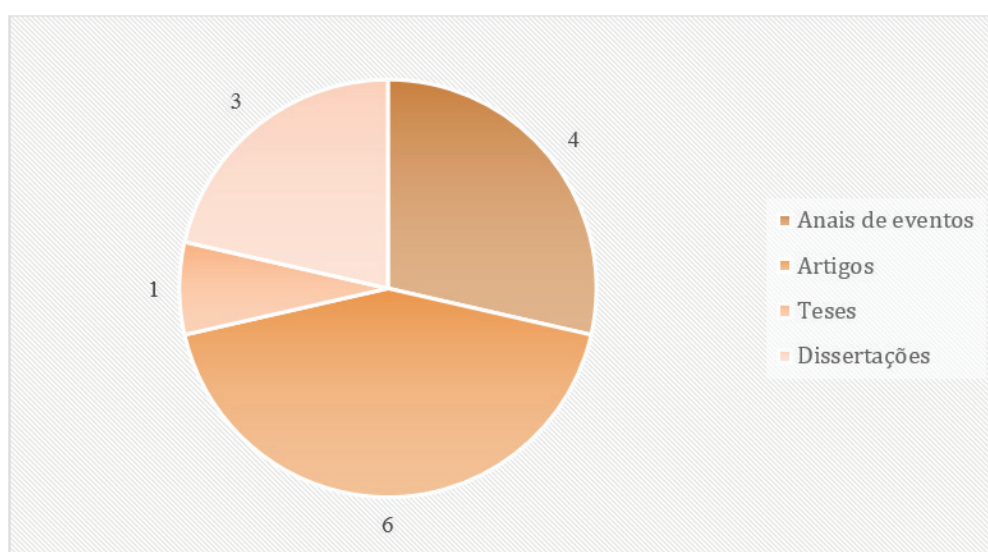
O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, em 2014, trouxe um novo desafio às universidades: “assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares nos cursos de graduação em programas e projetos de extensão em áreas de

pertinência social” (BRASIL, 2014). Assim, a inserção curricular da extensão passou a conduzir as universidades a repensarem suas concepções e práticas extensionistas, historicamente assistencialistas ou mercantilistas, de forma a alinharem-se às demandas da sociedade e à dinâmica curricular na perspectiva da indissociabilidade teoria e prática. Considera-se que o PNE (2014-2024) é um marco para a institucionalização da extensão universitária nas universidades brasileiras, uma vez que concebe a extensão indissociável do ensino e da pesquisa.

RESULTADOS À LUZ DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

A busca no portal de periódicos CAPES retornou seis artigos relacionados à “curricularização” da extensão. Na Biblioteca de Teses e Dissertações do IBICT, foi localizada somente uma dissertação que aborda o foco do estudo. Partindo da busca de catálogo de teses e dissertações da CAPES, foram selecionadas duas dissertações e uma tese que contemplam a extensão do processo formativo na graduação. Nos anais de eventos, foram encontrados três trabalhos voltados para a curricularização da extensão. Conforme o Gráfico 1, o maior número de publicações científicas ocorre na forma de artigos em periódicos (6), depois em trabalhos apresentados em eventos (4) e três dissertações e uma tese.

Gráfico 1: Tipo de produção e quantitativo de trabalhos publicados



Fonte: elaborado pelas autoras (2018) com base nos dados coletados.

Os indicadores demonstram que a existência de pesquisas acerca do tema é recente e escassa. Conforme observado, há pouca contribuição inédita referente ao tema, predominando revisões bibliográficas e relatos de caso. Diante disso, pontua-se que o tema é emergente e precisa ser investigado de forma aprofundada e exaustiva, na perspectiva de trazer elementos que coadunem com os processos de [re]estruturação curricular dos cursos de graduação, em especial. A expectativa e a tendência é de que, diante do Plano Nacional de Educação (2014-2024), o qual regulamenta a inserção de 10% de atividades de extensão no currículo da Educação Superior, as publicações científicas sobre esse tema venham a aumentar. No Quadro 1, encontra-se uma breve apresentação das produções científicas selecionadas:

Quadro 1: Dados das publicações selecionadas para análise

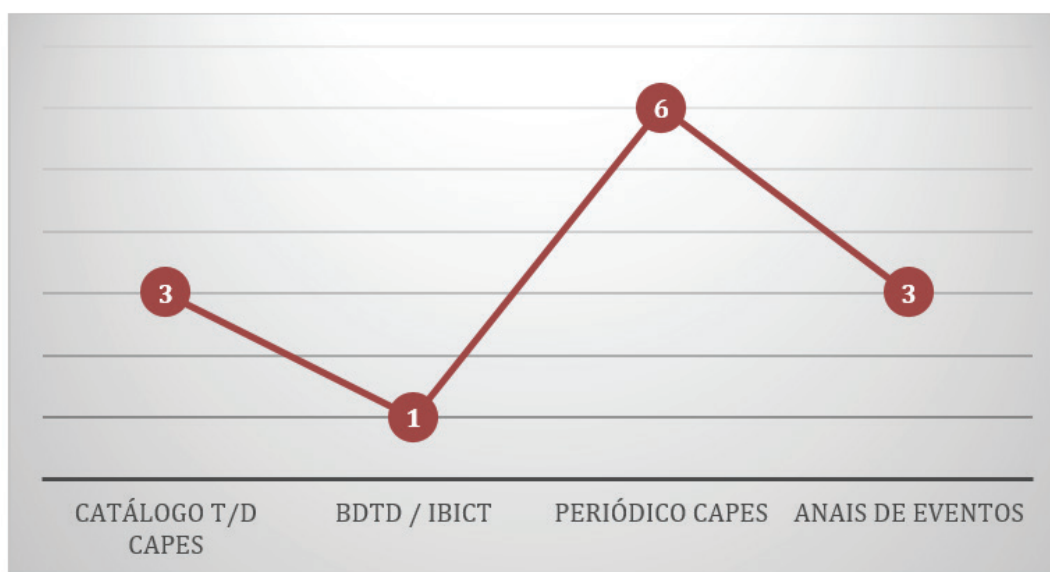
Título	Autor(es)	Periódico/base/evento
Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência	BENETTI et al (2015)	Revista Brasileira de Extensão Universitária
Extensão universitária e atividade curricular em comunidade e em sociedade na Universidade Federal da Bahia	VÉRAS E SOUZA (2016)	Revista Brasileira de Extensão Universitária
Pensando extensão universitária como campo de formação em saúde: uma experiência na Universidade Federal Fluminense, Brasil	SILVA et al (2013)	Interface: Comunicação Saúde Educação
O desenvolvimento de competências por meio da extensão universitária: o caso da Global Jr. ESPM-SP na formação do diplomata corporativo	COELHO et. al. (2017)	Meridiano 47
Pedagogia, Pedagogos e a extensão universitária	D'AROSZ et al (2016)	Revista Emancipação
Currículos acadêmicos e extensão universitária: sentidos em disputas	FERREIRA E GABRIEL (2008)	Educação Temática Digital
“Curricularização” da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública.	IMPERATORE E PEDDE (2015)	XIII Congreso Latinoamericano de Extensión Universitaria., Havana, 2015
Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo?	IMPERATORE, IMPERATORE E PEDDE (2015)	XV Colóquio internacional de gestão universitária – CIGU, Florianópolis, 2015.

Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica	DALMOLIN E VIEIRA (2015)	XV Colóquio internacional de gestão universitária – CIGU, 2015 Florianópolis
Curricularização da extensão: Projeto Comunitário nos cursos de Graduação do Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaguará do Sul	SANTOS (2007)	PUC-SP/ Faculdade de Educação - Mestrado em Educação e Currículo
A experiência como prática formativa de estudantes na extensão universitária	CUNHA (2013)	Universidade Federal de Viçosa - Mestrado em Educação
Extensão Universitária e Educação Básica: o caso do Programa Escola Integrada - UFMG	CARVALHAIS (2014)	Universidade Federal de Minas Gerais - Mestrado em Educação
A dinâmica de ações extensionistas na formação continuada de professores municipais de Santa Maria/RS: a tessitura de processos formativos	SANTOS (2013)	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM - Doutorado em Educação

Fonte: elaborado pelas autoras (2018) com base nos dados coletados.

No Gráfico 2, apresenta-se o número de trabalhos selecionados por base de dados.

Gráfico 2: Bases de dados e quantitativo de produções científicas



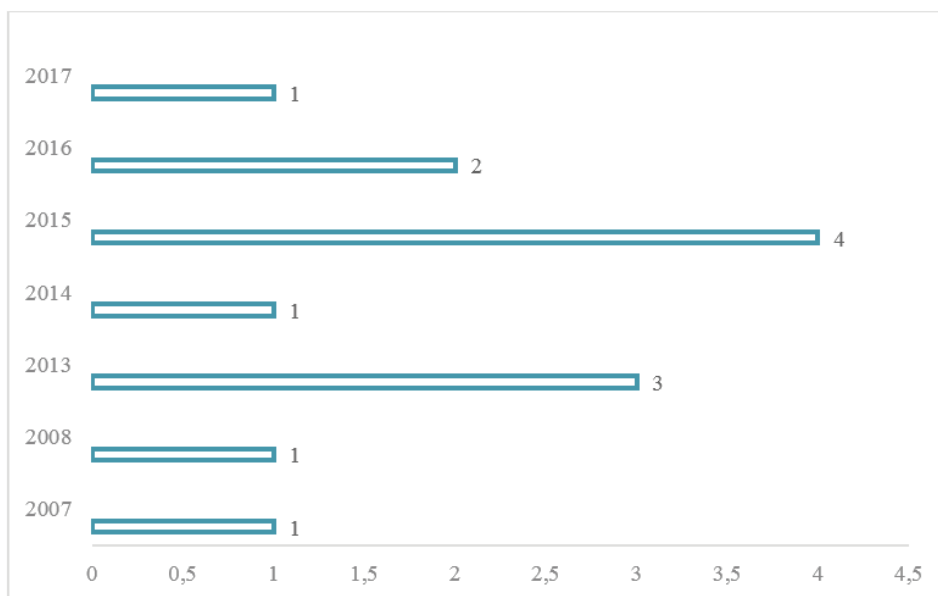
Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

Seja no formato de artigos em periódicos, dissertações, teses ou trabalhos em eventos, observa-se um número retraído de publicações, o que demanda uma investigação mais aprofundada acerca da creditação da extensão no currículo dos cursos de graduação. Acredita-se que a baixa produção referente ao assunto se deve ao fato do PNE (2014-2024) ser uma política recente e, também, ao fato desta ainda não ter sido plenamente implementada, já que a obrigatoriedade da creditação da extensão iniciará no ano de 2020. Assim, ainda há muito o que se discutir, especialmente nos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) das Instituições de Ensino Superior (IES), os quais têm esse novo desafio posto.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constituiu-se por meio de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (CONAES, 2010). São nos NDEs que precisam ser debatidas e elaboradas as propostas de implementação da extensão no currículo, portanto, este é um trabalho que está em andamento e que, futuramente, poderá gerar novas publicações que possam ser úteis às políticas públicas de Educação Superior relacionadas às ações extensionistas no Brasil.

No Gráfico 3, encontram-se os anos em que os trabalhos selecionados foram publicados.

Gráfico 3: Anos das publicações analisadas



Fonte: elaborado pelas autoras (2018) com base nos dados coletados.

Em relação aos anos das publicações, observa-se que estas se concentram em 2015, o que possivelmente decorrem da publicação do último PNE, em junho de 2014. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) propõe um rompimento de paradigmas, tornando a extensão um processo formativo, efetivamente indissociável do ensino e da pesquisa. A inserção curricular da extensão proposta pelo PNE gerou desafios às instituições de ensino superior brasileiras, tornando necessário repensar suas concepções e práticas extensionistas, a fim de alinhar a formação dos seus alunos às demandas da sociedade e à dinâmica curricular.

Apesar da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) orientarem que, na Educação Superior, a extensão deve estar integrada à pesquisa e ao ensino de forma indissociável, essa indissociabilidade ainda não está consolidada nas Instituições de Educação Superior (IES), visto que, historicamente, a extensão tem sido pensada e articulada em segundo plano e, muitas vezes, com caráter assistencialista e/ou mercantilista. Contudo, essa realidade pode mudar, uma vez que a extensão terá de integrar a dinâmica curricular de todos os graduandos. Na sequência, analisou-se as produções qualitativamente, com o foco no descritor “curricularização da Extensão”.

Conforme Imperatore et al. (2015), entre os desafios da inserção curricular da extensão, estão: a demolição dos muros do isolamento da educação e da universidade; a intermediação com a realidade; a articulação teoria e prática; o respeito e valorização à diversidade de sujeitos e práticas; a perspectiva interdisciplinar, a integração de saberes (rejeição do cientificismo excludente) e a deposição do distanciamento entre disciplinas, conjugando o ético, o estético, o religioso, o político, o econômico e o social; a redefinição de universidade e, por consequência, de projetos de curso, a partir de critérios epistemológico-pedagógicos e não de definições político-administrativas meramente instrumentais; a concepção de currículo a partir de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão (para além de conteúdos/disciplinas justapostos), que possibilitem trajetórias de formação diferenciadas e articuladas, segmentadas em núcleo “duro”/específico, núcleo de formação geral/complementar e programas e projetos de extensão e a valorização dos núcleos de governança na universidade, com ênfase nos colegiados de curso e Núcleos Docentes Estruturantes.

Benetti et al. (2015) relatam que os principais desafios da creditação curricular da extensão são: incluir na discussão toda a comunidade acadêmica envolvida com o projeto pedagógico dos cursos (docentes, estudantes e técnicos); realizar o ajuste curricular para inclusão dos 10% da extensão, sem aumentar a carga horária total dos cursos; ampliar o número de ações, de modo que todos os alunos de graduação tenham a oportunidade de participar e de cumprir a carga horária prevista para essas atividades durante os anos de sua formação, obter infraestrutura, recursos materiais e de pessoal de apoio para a efetivação das ações extensionistas.

Dalmolin e Vieira (2015) destacam dois aspectos fundamentais para se pensar a inserção da extensão na formação do estudante universitário: primeiro, a partir de um olhar transversalizado (dentro da instituição e fora), como formação para a autenticidade e, segundo, como formação para a pluralidade e convivência democrática.

Véras e Souza (2016) ressaltam que, apesar da extensão apresentar-se como possibilidade de ampliação da Universidade, a polissemia conceitual e a multiplicidade de compreensão de sua prática (assistencialismo, prestação de serviços,

transmissão de conhecimentos, missão social, ensino, pesquisa, interdisciplinaridade, interação entre a universidade e a sociedade) provocam divergências sobre o seu papel e ratificam a necessidade de enfatizar as discussões sobre o tema, dificultando a compreensão de sua execução no currículo. Entretanto, indicam que a atividade curricular em comunidade e em sociedade possibilitam práticas de uma metodologia dinâmica, aproximando o contexto acadêmico aos problemas sociais, fortalecendo o processo ensino-aprendizagem perante intervenções e interações da universidade com o meio social, através da pesquisa proporcionada/realizada por meio da vivência fora da sala de aula. As vivências, assim destacadas, contribuem de forma significativa para a ampliação da autonomia e para o enriquecimento na formação acadêmica, favorecendo a emancipação dos envolvidos e diminuindo a disparidade de conhecimentos atribuídos na academia e nas relações em sociedade.

Coelho et al. (2017) abordam o tema no contexto das Instituições de Ensino Superior privadas, sob a ótica mercantilista, e inferem que a extensão precisa ser encarada como um processo interacional, a fim de suprir suas próprias bases pedagógicas e frentes de pesquisa, assim como constituir-se como um pilar formativo discente à profissionalização e ao desenvolvimento de competências exigidas para o mercado de trabalho. Destacam a ação extensionista e a lógica de empresa Júnior, como complementações ao currículo e indicativos para progressão de competências do meio cooperativista.

Silva et al. (2013) apresentam a inserção da extensão nos processos formativos acadêmicos, na área da saúde, sobre os eixos do cuidado integral, como espaço de relação dialógica e como espaço de relação entre teoria e prática. Defendem que a ação formativa extensionista é possível a partir da articulação acadêmica de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. E ressaltam o amparo nas políticas normativas, mais precisamente nas diretrizes do FORPROEX, para o reconhecimento da prática no aprendizado acadêmico e a flexibilização curricular, a fim de consolidar um novo parâmetro ao ensino, mais específico na saúde.

Para D'Aroz et al. (2016), a extensão apresenta-se como indicador avaliativo da qualidade do currículo do curso de formação na área da licenciatura, mais precisamente da Pedagogia, uma vez que o acadêmico, ao vivenciar experiências

na extensão, passa a dar uma nova significação à profissão, destaca-se perante a facilidade de aprendizado e compreende as dimensões socioculturais na relação entre teoria e prática. Ainda, apontam eixos de significação, considerados, por essa análise, como inserção da prática no currículo dos cursos: a formação diferenciada, o papel da universidade e os desafios da formação e da profissão. A presença da interdisciplinaridade é um ponto marcante nessa discussão, uma vez que, no contato com diversas realidades, as informações e as áreas do conhecimento dialogam ampliando a atuação do acadêmico/profissional em formação. A extensão, no currículo, propõe não só uma nova formação, baseada em problemas e em preocupações emergentes dos contextos reais, mas configura o significado da ação universitária à consciencialização e à reconstrução da prática e da metodologia do curso e à propensão de uma formação humana, investigativa e inovadora.

Ferreira e Gabriel (2008) apresentam a extensão como indicador ambivalente e subversivo na produção de políticas de currículo em nível superior, defendendo que, para compreender a produção de sentidos do currículo na universidade, é necessário focar nas ações extensionistas. Eles acreditam que a ação extensionista não é apenas um movimento que se desdobra no exterior do mundo acadêmico, mas um movimento interno rico em reflexão e valorização sobre o papel político-social da universidade, produtora de sentidos híbridos sobre currículo, e desafiador ao processo de legitimidade da hegemonia de conhecimento. Além de discutirem o papel importante para hegemonia, ressaltam que, para a disciplinarização, será necessário repensar o processo de flexibilização curricular na universidade diante da lógica dos processos de institucionalização para produção de sentido e ocupando, prioritariamente, nos currículos acadêmicos, o lugar da “prática profissional” (FERREIRA; GABRIEL, 2008, p. 197).

Santos (2007) evidencia os benefícios da curricularização da extensão no impacto da formação acadêmica profissional. Diante de suas análises sobre a ação da política de implementação, a autora apresenta a inserção de projetos sociais comunitários como ponte entre a universidade e a sociedade e caminho no aumento das horas no currículo, proposta pelo PNE nº 13.005/2014. Coloca, também, a importância das ações extensionistas estarem integradas com o currículo em sua interdisciplinaridade, e não de forma ou disciplina isolada, fora do contexto. A meta não apresenta caminhos, por isso as tentativas de compreensão de

implementação da política, apontadas pela autora, esbarram na polissemia de compreensão dada pelas universidades, pontuando a escassez de literatura sobre a temática da curricularização da extensão e a apresentando o próprio caminho de formação de currículo.

Cunha (2013) aborda a concepção de extensão sobre um olhar crítico mercantilista. Aponta que as ações da universidade, em sua concepção histórica, estão desassociadas da formação social e acusa que os poderes econômicos, políticos e culturais determinam as ações universitárias pela produtividade da pesquisa, cabendo à extensão o serviço técnico do capital, entretanto, requerida com pouco recurso. A autora apresenta a extensão como “[...] espaço privilegiado para a consolidação dos paradigmas emergentes e como uma das formas de expressão da universidade, numa perspectiva emancipatória, [...] por dar vez e voz à produção de conhecimentos cotidianos” (CUNHA, 2013, p. 77). De acordo com os relatos dos estudantes participantes da pesquisa e das análises formativas das ações extensionistas nos cursos de graduação, a autora reforça o potencial formativo dos acadêmicos diante da interdisciplinaridade do currículo e da quebra da dicotomia teoria/prática, ampliando o olhar sob a concepção das diferentes abordagens e conteúdos trabalhados nas disciplinas acadêmicas, proporcionando a possibilidade de construção de novos conhecimentos. Faz dois destaques na análise formativa da extensão, configurado “estender”, como a ação exercida sobre o poder da academia na verticalização dos saberes, e a “possibilidade de novos saberes”, com a finalidade de superar “visões hegemônicas sobre o conhecimento” (CUNHA, 2013, p. 72).

Carvalhais (2014) analisou e identificou a política de extensão e o cumprimento de suas diretrizes na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), assim como a contribuição das ações extensionistas na Educação Básica pelo Programa Escola Integrada da UFMG. A autora destaca as concepções da Universidade diante das ações extensionistas e a valorização das atividades de pesquisa pelos docentes e a própria instituição. Entretanto, na análise das diretrizes da instituição, a política nacional do FORPROEX e as políticas educacionais que visam à aproximação da universidade com a Educação Básica apontam a extensão e suas atividades como conteúdo de ensino e objeto de investigação maior, pois, por mais que se vincule programas à grade curricular acadêmica dos cursos de licenciatura,

o acréscimo de disciplinas torna-se incipiente à proposta normativa. Carvalhais, ainda, destaca a importância da existência e da manutenção das Pró-Reitorias de Extensão e, em sua análise, aborda a influência da gestão aos interesses de melhoria e de evidência das ações de extensão na creditação curricular, assim como o incentivo de fomento para permanência e manutenção dos programas promovidos pela Universidade, a fim de garantir a concretização da indissociabilidade almejada de ensino.

Santos (2013) estabelece percepções sobre as ações extensionistas na formação continuada de professores, na relação entre universidade e instituições escolares, e aponta que a relação de formação entre as partes envolvidas e seus benefícios possibilita a circularidade do conhecimento, favorecendo, assim, novas estratégias e modos de condução no processo formativo docente. A interação entre universidade/escola e formação docente, permeada pela dimensão de autonomia docente, destaca-se como estímulos auxiliares e potencializadores nos projetos de extensão, frente à cultura colaborativa que privilegia a reflexão, a problematização da realidade e a consolidação da pesquisa e do estudo na academia, assim como a incrementação e a compreensão do espaço e das práticas pedagógicas nas instituições escolares, e dos processos formativos docentes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NO CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO: [IN]CONCLUSÕES

A creditação curricular da extensão constitui-se em um desafio às Instituições de Educação Superior, a fim de tornar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão mais efetiva, bem como superar as concepções assistencialistas ou mercantilistas. Não é, portanto, a adequação e a disciplinarização de ações extensionistas no currículo. Requer a transposição da compartimentação de saberes que são disciplinares e, sobretudo, das aulas ancoradas numa postura bancária de massificação.

Assim, creditação curricular não significa disciplinarizar, justamente, porque se trata de definição e de adesão a orientações, prioridades, metas e estratégias oriundas de uma estruturada política de extensão. Tal política tem por responsabilidade a promoção de princípios que, coadunados, repercutem em: formação de qualidade; interdependência entre universidade e diferentes lócus de atuação

profissional; formação para a cidadania; relação teoria e prática; indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; movimentos dialógicas entre a universidade e a sociedade local e global; compreensão e valorização da diversidade e multiculturalidade; transformação socioeducacional; interprofissionalidade, entre outros.

É nesse sentido que se defende a necessidade e a relevância da extensão na dinâmica curricular dos cursos de graduação, considerando que a universidade encontra o desenvolvimento e a abrangência de suas práxis ancorados em processos de interlocução com múltiplas dinâmicas curriculares permeadas pelas demandas sociais e pela necessidade de engajamento e contribuição técnico-científica à sociedade.

De acordo com os trabalhos analisados, os autores configuram a prática da extensão como pilar na função e compromisso da universidade com a sociedade e apontam indicadores no processo formativo acadêmico. Também, ressaltam a importância da inserção da prática no currículo e nas concepções que envolvem ensino-aprendizagem, entretanto apresentam poucas possibilidades de como efetivar as ações extensionistas na estrutura política e curricular dos processos formativos na Educação Superior.

Assim, constata-se que a referida creditação contribui para: a reflexão conceitual; a ampliação do interesse pela extensão; a promoção da formação cidadã; o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e o compromisso social das IES; o impacto na formação profissional; o desafio da relação entre teoria e prática; o currículo como agente transformador e o envolvimento dos sujeitos na própria construção curricular formativa.

Outro ponto em comum na análise dos trabalhos é a evidência de poucas produções que sistematizam o currículo, extensão e universidade, fato que se atribui ao PNE (2014) ser recente.

Observou-se que há legitimidade em se pesquisar e se discutir sobre o tema, uma vez proposta em lei sua implementação, as diretrizes extensionistas carecem de procedimentos técnicos regulatórios para efetivação consistente nos cursos de graduação, diante das diferentes realidades, como assim apresentado nos trabalhos analisados.

Conclui-se, portanto, que o tema é recente, relevante e precisa ser amplamente investigado, sendo emergente ao contexto universitário nos processos de [re]construção curricular na graduação, especialmente em função da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 mai 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> . Acesso em: 20 mai 2018.

_____. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, ED. Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.> . Acesso em: 20 maio 2018.

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. do N. Creditação da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação: Relato de Experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 25-32, jul. 2015. ISSN 2358-0399. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1951>> . Acesso em: 17 jun. 2018.

CARVALHAIS, N. F. **Extensão Universitária e Educação Básica: o caso do Programa Escola Integrada**. 2014. 423 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9NYJTV>> Acesso em: 10 mai 2018.

COELHO, D. B., VIDEIRA, R. A. O desenvolvimento de competências por meio da extensão universitária: o caso da Global Jr. ESPM-SP na formação do diplomata corporativo, **Meridiano 47**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20889/M47e18020>> Acesso em: 20 jun. 2018.

CUNHA, A. L. S. **A experiência como prática formativa de estudantes na extensão universitária**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: MG. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3443/texto%20completo.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 17 mai 2018.

DALMOLIN, B. M., VIEIRA, A. J. H. Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. **EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação**, PUCPR, p.7186-7201, out. 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf. Acesso em: 10 mai 2018.

D'AROS M. S.; HICKMANN, A. A.; ASINELLI-LUZ, A. Pedagogia, Pedagogos e a extensão universitária. **Revista Emancipação**. v. 16 (2), n. 2, p. 191-204, mai 2017. Doi: 10.5212. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/9231>> Acesso em: 18 mai 2018.

FERREIRA, M. S.; GABRIEL, C. T. Currículos acadêmicos e extensão universitária: sentidos em disputa. **Educação Temática Digital**. Campinas, v. 9, n. esp., p.185-200, out. 2008 – ISSN: 1676-2592. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1051/1066>> Acesso em: 10 mai 2018.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. “Curricularização” da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. XIII Congresso Latinoamericano de Extensión Universitaria. 2015, Havana. Disponível em: <[http://www.congresoextension.mes.gob.cu/documentos/CLEU%20\(VF\).pdf](http://www.congresoextension.mes.gob.cu/documentos/CLEU%20(VF).pdf)>. Acesso em: 10 mai 2018.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. **Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo?** Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE In: XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU, 2015. Repositório Institucional - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136064>>. Acesso em: 20 mai 2018.

LEITE FILHO, G. A. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 12, n. 2, p. 533-554, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-655200800020001>>. 1. Acesso em: 20 abr 2018.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969. Disponível em: <[www.scirp.org/\(S\(i43dyn45teexjx455qlt3d2q\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1190144](http://www.scirp.org/(S(i43dyn45teexjx455qlt3d2q))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1190144)>. Acesso em: 15 mai. 2018.

VÉRAS, R. M.; SOUZA, G. B. Extensão Universitária e Atividade Curricular em Comunidade e em Sociedade na Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 83-90, set. 2016. ISSN 2358-0399. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3092>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

SILVA, A.F. L.; RIBEIRO, C. D. M.; SILVA, A. G. Pensando extensão universitária como campo de formação em saúde: uma experiência na Universidade Federal Fluminense, Brasil. **Interface: Comunicação Saúde Educação**. v. 17, n. 45, p. 371-84, abr./jun. 2013. ISSN 1414-3283 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo/BR. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1801/180127931010.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SILVA, M. R. **Análise bibliométrica da produção científica docente do programa de pós-graduação em educação especial/UFSCar: 1998-2003**. 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3197?show=full>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SANTOS, A. P. F.; PONCE, B. J. **Curricularização da extensão: Projeto Comunitário nos cursos de Graduação do Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaguará do Sul**. 2017. 111 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/handle/handle/20639>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SANTOS, E. A. G. **A dinâmica de ações extensionistas na formação continuada de professores municipais de Santa Maria/RS: a tessitura de processos formativos.** 2013. 229 f. Tese (Doutorado em Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3467>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da Extensão Universitária.** 2 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. 138p.

Marilene Gabriel Dalla Corte

Prof^ª. Dra. em Educação pela PUCRS. Pós-doutora em Educação na PUCRS. Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando como Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG), docente no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e docente em cursos de licenciatura UFSM. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GESTAR/CNPq.

E-mail: marilenedallacorte@gmail.com

Simone da Rosa Messina Gomez

Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atuando como Técnica em Assuntos educacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GESTAR/CNPq.

E-mail: simessina@gmail.com

Gabriela Paim Rosso

Mestranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora da Educação Básica da Rede Estadual e Municipal do município de Alegrete/RS.

E-mail: gabip.rosso@gmail.com

